

Transição estuda reestruturar ao menos dez pastas



O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), chega à sede da transição. Pedro Ladeira - 28.nov.22/Folhapress

Transição estuda rever estrutura de ministérios, autarquias e secretarias

Remodelagens cogitadas por equipe de Lula estão concentradas no Ministério da Economia, mas incluem também outras pastas

Cátia Seabra, Danielle Brant e Victória Azevedo

BRASÍLIA E SÃO PAULO A remodelagem do primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a cargo do gabinete de transição abre debates sobre o futuro de estruturas governamentais.

Muitas estão concentradas hoje no Ministério da Economia. Mas as discussões em andamento incluem ao menos dez áreas, incluindo Agricultura, Desenvolvimento, Cultura, Comunicações, Ambiente e Relações Exteriores.

A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estão, tradicionalmente, entre as autarquias cobçadas. Seu destino dependerá de uma palavra final do presidente eleito.

No entanto, surge um novo objeto de disputa: a Secretaria de Economia Solidária. Idealizada para promoção de políticas voltadas aos trabalhadores de plataformas de aplicativos, como motoristas e entregadores, o órgão deverá ter destaque no governo do PT.

No gabinete de transição, a EBC tem sido disputada por três diferentes grupos de trabalho: Cultura, Comunicações e Comunicação Social.

Um grupo defende que passe a ser vinculada ao Ministério da Cultura, proposta já debatida, e descartada, na montagem do primeiro governo Lula. Pela proposta, o modelo seria inspirado na inglesa BBC. Controversa, a sugestão ainda não consta do primeiro relatório do setor de cultura.

Equipe destinada à Comunicação recomenda status de ministério à Secom, tendo a EBC sob seu guarda-chuva. Colaboradores de Lula propõem, porém, o fortalecimento do Ministério das Comunicações, incluindo a EBC.

Nessa configuração, mais robusta, o ministério poderia vir a ser comandado pelo prefeito de Araraquara, Edinho Silva, um dos coordenadores de comunicação da campanha de Lula.

Outro coordenador da campanha, o deputado Rui Falcão é citado para a Secom. No gabinete de transição, há ainda que sugira o nome do jornalista Kennedy Alencar.

A Apex, por sua vez, poderá ser mantida no Ministério das Relações Exteriores ou ir para o Ministério do Desenvolvimento, dependendo do poder do titular das pastas.

Já o BNDES poderia ser subordinado ao Planejamento ou ao Desenvolvimento.

Uma disputa prestes a vir à tona refere-se à criação de um ministério destinado ao combate à fome, que seria fruto do desdobramento do Ministério da Agricultura, incluindo o Incra e o setor destinado à agricultura familiar.

Integrante do grupo da Agricultura, a senadora Kátia Abreu afirma, por exemplo, que para definição de políticas públicas de agricultura não deveria haver dois ministérios. Essa não é a opinião de representantes de movimentos sociais, base de apoio a Lula.

A senadora diz também que "ninguém quer que a Pesca saia do Ministério da Agricultura". A declaração da senadora foi rebatida pelo ex-ministro da Pesca Altemir Gregolin.

"A gente conhece o setor, a complexidade, o potencial do setor de pesca e aquicultura e vê um ministério como estratégico para desenvolver o grande potencial que o Brasil tem", disse o ex-ministro.

Segundo ele, caso a Pesca fosse mantida na estrutura da Agricultura, haveria dificuldade. "Lá, esse setor disputa com grandes cadeias, com cadeias poderosas, como bovino, suíno, soja, milho. Disputa orçamento, disputa prioridade".

Outra autarquia em disputa entre grupos de trabalho na transição é a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), vinculada atualmente ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O grupo do Meio Ambiente, no entanto, pleiteia a autarquia. Ela também poderia ser incorporada ao organograma do Ministério das Cidades. Segundo integrantes do gabinete de transição, a palavra final caberá a Lula.

No caso da Secretaria de Economia Solidária, Lula viria defendendo uma legislação que garanta direitos aos trabalhadores de aplicativos.

Em janeiro, Lula falou na abertura e no encerramento de uma reunião na qual representantes do governo espanhol apresentaram uma "contrarreforma" em implantação naquele país.

Na Espanha, governo, em-

TSE APROVA CONTAS DE LULA E ALCÍMINE ABRE CAMINHO PARA DIPLOMAÇÃO

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou por unanimidade e sem ressalvas as contas da campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022. O resultado abre caminho para a diplomação do petista na próxima segunda (12), às 14h. Em voto, o ministro Ricardo Lewandowski, relator das contas do petista, apontou que embora a área técnica do tribunal tenha apontado algumas inconsistências, a campanha do PT demonstrou a legalidade das despesas.

"As inconsistências pontuais no montante de R\$ 187 mil representavam apenas 0,124% do total de recursos arrecadados na campanha e ainda assim foram superadas as objeções pelos documentos apresentados pelos candidatos", afirmou. Nesta terça (6), o TSE também validou os resultados das urnas, certificando que o petista foi eleito nas eleições e confirmando a cerimônia de diplomação.

presários e trabalhadores discutem a revisão da reforma trabalhista de 2012, que, cinco anos depois, serviria de inspiração para o Brasil.

Aliado de primeira hora, o PC do B defende que a secretaria fique subordinada ao Ministério do Trabalho, mesma posição de integrantes do movimento sindical. O partido quer indicar um de seus integrantes para a pasta.

Outra ala, porém, sugere que ela fique vinculada à Secretaria-Geral da Presidência. Encomendada, a Secretaria-Geral poderia ser conduzida por um nome de confiança de Lula, como o tesoureiro da campanha, o deputado federal Márcio Macedo (PT-SE).

O nome de Macedo vinha sendo descartado para o Ministério de Lula diante da hipótese de que viesse a suceder Gleisi Hoffmann (PR) na presidência do PT, mas ela continuará à frente do partido.

Com isso, o nome de Macedo ganha força para integrar o núcleo do governo petista. Outro nome cotado para o cargo é do advogado Marco Aurélio Carvalho, que tem apoio de movimentos sociais.

Nesse organograma, a Secretaria-Geral seria encarregada da definição de políticas para esses trabalhadores.

Na semana passada, cresceu também a proposta de criação de um ministério exclusivamente destinado a esses trabalhadores, apontada como a maior categoria do país. Segundo aliados de Lula, sua criação poderia ser um marco do seu terceiro mandato.

Na segunda (5), Gleisi se reuniu com representantes do Conselho de Participação Social, que pretende promover o diálogo e a interlocução com organizações da sociedade civil e representações de movimentos sindicais e populares durante a transição.

A parlamentar ouviu dos presentes a sugestão para que políticas públicas referentes à participação social fiquem no guarda-chuva da Secretaria-Geral da Presidência.

"Estamos atuando muito fortemente para que a participação popular seja uma prioridade do governo Lula. Daí a importância desse tema ficar sob a responsabilidade de uma pasta como a Secretaria-Geral da Presidência", afirma Raimundo Bonfim, líder da Central de Movimentos Populares (CMP).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4